

Revolução Russa e ação política: militares na história

PAULO RIBEIRO DA CUNHA

RESUMO: O objetivo dessa reflexão é estabelecer um diálogo com Lênin e sua obra sobre a questão militar na Revolução Russa. Ao examinar essa relação conflituosa, no plano político e teórico, recorreremos a uma aproximação com outros autores, sinalizando teses concernentes a uma ação política que evoluiria à esquerda no processo russo tendo em vista uma ação política revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: Lênin. Revolução Russa. Militares. Ação Política.



Russian Revolution and political action: militaries in history

ABSTRACT: The objective of this reflection is to establish a dialogue with Lenin and his work on the military issue in the Russian revolution. To examine this confrontational relationship, in both political and theoretical perspectives, we used an approach with other authors, indicative of theses regarding political action that would evolve to the left in the Russian process with a view to a political revolutionary action.

KEYWORDS: Lenin. Russian Revolution. Militaries. Political Action.

PAULO RIBEIRO DA CUNHA

Livre Docente em Ciência Política
e professor de Teoria Política da
Universidade Estadual Paulista
(Unesp) - Campus de Marília.
Autor de vários trabalhos sobre os
militares, a política brasileira e a
militância de esquerda.
E-mail: prrcunha@uol.com.br

RECEBIDO EM: 07/11/2017

APROVADO EM: 30/12/2017

1 INTRODUÇÃO

Vistas ao olho do furacão do processo revolucionário, passagens do clássico livro de John Reed, *10 dias que abalaram o mundo* (1980), oferecem algumas mediações no que concerne ao quesito militares e a política na Revolução Russa e conferem-lhe uma *ação política revolucionária*. Nela há uma singular relação cidadã entre oficiais, praças e soldados, que é, sobretudo, democrática, sem concessões à hierarquia e disciplina no quesito da missão. Nesse caso, temos por objetivo apreender como essa politização foi operacionalizada na caserna, embora, ao que tudo indica, tenha durado pouco tempo, já que, ao longo dos anos, houve uma reorientação subsequente valorizando a profissionalização.

Porém, há pontos a mais nesse diálogo a serem considerados, tendo em vista uma segunda mediação: o centenário da Revolução Russa em 2017. A atualidade dessa reflexão é inquestionável, tendo contemporaneamente várias interfaces, muitas delas negativas e não superadas no tempo, como a conhecida tese de Fukuyama (1992) que associava o fim da União Soviética ao “fim da História”, tese de bem pouca duração como bem lembraria Eric Hobsbawm (1997). Além da importância desse resgate histórico, o fato em si remete à emergência de novas reflexões, concernentes a uma avaliação crítica e às razões do debacle da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1989. Uma reflexão em aberto e qual a razão?

Primeiramente, o processo revolucionário russo foi pautado por um novo paradigma, caracterizado não somente por uma ruptura social, política e econômica, mas, em última instância, por uma “forma de transição ao socialismo”, transição que se esgotou em 1989. A distância no tempo e no espaço até nos possibilita novas e fecundas análises em seu centenário e há muito que ser escrito e elaborado sobre seu “fracasso”, “*débâcle*” ou melhor “o esgotamento de um modelo”. No entanto, é um processo em curso e não o fim da história ou de uma história. Não é uma reflexão que faça parte desse escopo, embora seja uma necessidade teórica e política; por essa razão, indicaremos, ao final desse ensaio, algumas pistas e hipóteses relacionadas a essa problemática, cuja desqualificação, inevitavelmente, está associada aos seus expoentes mais “categorizados”, a exemplo de Lênin e sua obra.

Nesse sentido, focaremos essa reflexão em um diálogo com vários ensaios de Lênin, alguns elaborados no olho do furacão, e não somente por ter operado em vários campos de reflexão em sua obra até sua morte em 1924 – aliás, objeto de importantes trabalhos biográficos e reflexivos –, mas, principalmente, pelo fato do revolucionário russo ter enfrentado política e teoricamente a questão militar. Politicamente, essa é uma relação conflituosa em sua trajetória, para não dizer desafiadora, já que sua percepção teórica relacionada aos militares e à política é construída inicialmente no cenário da revolução de 1905, aliás, um pouco antes até: amadurecida na I Guerra Mundial e no período dos muitos processos revolucionários subsequentes, a partir da Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro, consolidada com a Guerra Civil e a formação do exército vermelho.

Teoricamente, apesar de breves apontamentos, recorreremos a essa aproximação com suas contribuições que apresentam a questão militar enquanto centralidade, para não dizer que sinalizam teses concernentes a uma inicial “ação política”, advinda de um processo revolucionário, cuja problemática da participação e intervenção dos militares evoluiria no processo russo, tendo em vista que a “ação política revolucionária” é uma lacuna pouco explorada nas reflexões sobre Lênin e que, no limite, indica a ausência de um tratamento adequado para a maioria de seus interlocutores. Aliás, são muitas as possibilidades dessa aproximação e, entre suas influências, há uma determinante que é a do pensador prussiano Clausewitz (2010).

Por fim, Lênin alude à questão da guerra concernente à política intimamente associada à revolução; ou seja, uma leitura que expressou a política de forma mais elevada ao ser operada pela luta de classes, cuja “genialidade” é a articulação da teoria marxista à luta de classes e à teoria clausewitziana (SAINT PIERRE, 2000). Há, inclusive, outras interfaces que não escaparam à atenção de conceituados estrategistas militares, dos quais destacamos o general vietnamita Nguyen Giap, cuja interlocução registrou em textos a influência de Lênin em sua trajetória, valorizando especialmente uma tese central, a do “armamento do povo”. Não por outra razão, temos em sua obra a síntese da teoria da guerra

revolucionária ao fundamento político, caracterizando a natureza da guerra e o reconhecimento das classes como sujeitos e partes do conflito, o que, em última instância, possibilitou um salto qualitativo na compreensão do fenômeno da guerra.

2 A RÚSSIA À CAMINHO DA REVOLUÇÃO

Inicialmente, vale um breve resgate de alguns aspectos relacionados à Rússia do período, um país do século XVIII no século XX, pouco alterado até as vésperas da I Guerra. Objeto de vasta literatura, suas instituições políticas refletiam essa composição social e dirigente, das quais uma se relaciona ao nosso tema: uma burocracia militar, que contava com Forças Armadas numerosas e eficazes na repressão interna, porém, débeis enquanto força de combate, haja visto seu deplorável desempenho em 1904 na guerra contra o Japão. Reformas residuais como a abolição da servidão até tinham sido implementadas por Alexandre II, tzar que veio a ser assassinado, revertidas por seu filho Alexandre III, mas confirmadas por seu neto, Nicolau II, esse último, um personagem apagado e inábil politicamente, que confrontava internamente qualquer manifestação reivindicatória com repressão policial ou militar, cujo monitoramento era dado pela Okhrana (a polícia secreta). Internamente, não eram poucas nem novas as reações em contrário.

Havia em curso uma inquietação dos camponeses e do movimento operário, bem como das nacionalidades e a contestação ao czarismo incluía a intelectualidade, setores liberais da burguesia e da nobreza.¹ Vale dizer que estas agremiações, entre outras que vieram à cena, eram muito influenciadas por várias correntes

1 Essas correntes tinham alguma presença política com a revista *Libertação* de 1902, seguida um ano depois pela *União da Libertação*, que reivindicava liberdades democráticas e uma assembléia constituinte. Além delas, foram formados em 1905 os partidos *Constitucionalistas Democráticos*, mais conhecidos por Kadetes, e os *Outobristas* (REIS FILHO, 1986). Pouco antes, foram constituídos os primeiros partidos operários, muitos dos quais foram organizados por vanguardas não russas como *Partido Social Democrata do Reino da Polônia* (1893), o *BUND – a União dos Trabalhadores Judaicos* (1887) e o posterior *POSDR – Partido Operário Social Democrático da Rússia*.

ideológicas, destacando os “populistas”, seguidos pelos “anarquistas”, todas com objetivos e formas de organização diferenciadas, atuando em geral sob estrita clandestinidade e, face a repressão, muitas delas de bem curta existência. Um grupo intelectual fundaria em 1897 o Partido Socialista Revolucionário, mais conhecido como Socialistas Revolucionários, cuja intervenção no campo possibilitaria a agremiação de bases consistentes junto ao campesinato. Na última década do século XIX, o marxismo emergiu no cenário russo com a fundação do grupo Emancipação do Trabalho, seguido pela formação em Petrogrado, ainda em 1895, de outro grupo, chamado a União de Luta pela Libertação da Classe Operária, tendo à frente Lênin e Martov.²

Todavia, um acontecimento decisivo no plano externo marcaria as reflexões de Lênin quanto à estratégia militar: a guerra russo-japonesa de 1904, a partir da qual veremos sua percepção e amadurecimento sobre a importância dos militares no processo revolucionário. A guerra teria um impacto interno e externo extraordinário para a Rússia, seja em face da perda de prestígio de uma potência européia derrotada por um pequeno e distante país oriental, formado por um povo de “raça inferior”, como se acreditava, seja pelas consequências econômicas e sociais, cujo peso e ônus eram significativos sobre o conjunto da maioria da população, resultando em greves e revoltas, especialmente em São Petersburgo, futura Petrogrado. Entre os vários acontecimentos que iriam marcar, ou melhor, demarcar o processo político revolucionário na Rússia em 1905, o primeiro ficou conhecido como o “Domingo Sangrento”, quando foi recebida a bala, resultando em milhares de mortes, uma pacífica passeata de milhares de manifestantes, cujo objetivo era entregar ao czar um abaixo assinado

2 Confluindo a este último grupo, havia 02 canais de divulgação do marxismo, o Semanário *Iskra* (a Centelha) e a revista teórica *Zarya* (Aurora). Ambas surgiram como reflexo de um inconcluso debate e tensões internas quanto à estratégia a ser adotada com vistas à revolução. É deste período, aliás, que vem à tona uma teoria revolucionária em 1902, o clássico de Lênin *Que Fazer*, advogando a tese de um partido revolucionário formado por profissionais. O debate interno teria seu curso em 1903, no II Congresso do POSDR. Nele, uma divisão entre grupos ficaria exposta politicamente quanto aos objetivos e estratégias da revolução: os *Bolcheviques* e *Mencheviques*.

com reivindicações de melhores condições de trabalho, além de exigir uma reforma agrária, o direito de greve e a convocação de uma Assembleia Nacional.

A crise política e social se aprofundava, tendo reflexos na economia, agravada pelas derrotas militares como a Batalha Naval de Tsushima, em maio de 1905, e que selaria a sorte da guerra contra o Japão, despertando ainda tensões entre as nacionalidades não russas e revoltas entre os marinheiros de Kronstadt e Sebastopol. Não muito tempo depois, em junho, ocorreu uma segunda revolta, a do Encouraçado Potenkim na cidade de Odessa, magistralmente registrada anos depois em um épico do cinema de Serguei Einstein. A revolução sugeria estar na ordem do dia e os marinheiros sublevados colocaram em xeque a sobrevivência da monarquia; quase ao mesmo tempo, emergia em algumas cidades uma instituição vinda de baixo ou da base, chamada os Soviotes. Em Moscou, estes tiveram duração de 14 dias, esmagados por tropas do exército, mas não tendo sido totalmente vencidos, pois vieram a se constituir enquanto referência de base aos operários, camponeses, soldados e marinheiros, anos depois na Revolução Russa.

O tzar, em face do perigo de uma explosão social, após negociar um humilhante acordo de paz com o Japão em outubro de 1905, que significou, em última instância, a renúncia a qualquer pretensão territorial da Rússia sobre a Ásia, operou politicamente no mesmo ano com algumas concessões e reformas. A primeira foi política e convergia as elites russas em sua principal reivindicação: a eleição de uma Assembleia Nacional, a “Duma Imperial”. Com atribuições de legislar sobre orçamento, guerra e relações exteriores, essa assembleia tinha uma representação classista (70% dos deputados escolhidos pelos latifundiários; camponeses 22%; comerciantes, 15% e os trabalhadores, somente 3%), contando ainda o tzar com consideráveis poderes, inclusive, o poder de sua dissolução.³

3 Reformas outras tiveram seu curso como a agrária, embora tímidas, mas operacionalizadas com habilidade pelo então Primeiro Ministro Stolipin (assassinado posteriormente), possibilitando a entrega de parte das terras aos camponeses, fortalecendo o vínculo com as comunas (Mir) e, paralelamente, criando condições para o surgimento de uma camada de camponeses ricos (Kulack), a burguesia rural. Por fim, com vistas à expansão do capitalismo,

3 LÊNIN, OS MILITARES: AÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Concernente à política e aos militares, pautaremos a continuidade desse diálogo com Lênin através de artigos de conjuntura e textos temáticos. Alguns desses artigos referenciam sua reflexão a um fato histórico, a guerra russo-japonesa, cuja derrota do império czarista frente ao Japão o levou a algumas reflexões relacionadas ao papel político dos militares no processo revolucionário. Há uma tese relacionada à necessidade de uma “ação política”, vista em um texto anterior ao conflito, escrito por ocasião do II Congresso do POSDR de 1903, o *Projeto de Resolução do Exército*. Lênin (1903) pontua a necessidade da presença dos militares nas organizações partidárias e a importância da formação de grupos sociais democratas nas forças armadas. Também sublinha enquanto objetivo de uma política a ser vista em todas as instâncias, a propaganda e conscientização para “fortalecer e alicerçar todos os contatos existentes entre oficiais, sargentos e soldados” (LÊNIN, 1903 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 181).

A despeito de essa ter sido uma reflexão no exílio, após a derrota russa na batalha naval de Tsushima e a revolta do Encouraçado Potenkim em 1905, temos uma primeira aproximação teórica consistente com esta problemática e, porque não dizer, o momento em que confere uma especial atenção quanto à percepção dos militares na política. Em junho daquele ano, Lênin publicou *O exército revolucionário e governo revolucionário*, conferindo uma leitura do papel político dos militares em um processo revolucionário, subsídio importante para análises futuras. Particularizou, nesse texto, a insurreição de Odessa e a revolta do encouraçado Potenkim, singular acontecimento posto em destaque, na medida em que, além da passagem de uma unidade naval daquele porte à revolução, os vasos de guerra designados para abortar a sublevação “negaram-se a lutar” (LÊNIN, 1905 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 182).

ao longo desse processo, foram implementadas algumas reformas como uma legislação trabalhista, até então inexistente, tendo em vista uma jornada de 10 horas de trabalho diário e autorização para os trabalhadores organizarem sindicatos

O revolucionário russo ponderou ainda, naquele artigo, os esforços do governo em ocultar o fato e reprimir a revolta, divulgando rumores de expulsão de marujos, inclusive de oficiais, revelando novos motins em outros encouraçados e também choques armados em que parte dos soldados e marinheiros lutavam em barricadas ao lado de operários. Sem mencionar nomes específicos, provavelmente Lênin se referia aos distúrbios da Frota do Mar Negro, em que houve motins no cruzador Ochakov, o qual hasteou a bandeira vermelha. Esses fatos conferem ter havido uma subsequente “ação política revolucionária”, que se estenderia a outras unidades da esquadra, seguida de revoltas em guarnições de Kiev, Vladivostok, Voronezj e Chita, todas debeladas (MOOREHEAD, 1960).

Por essa razão, Lênin admitiria que o tzar não mais poderia contar com sua marinha de guerra, sinalizando para o fato extraordinário a consequente a “formação de um núcleo de um exército revolucionário” (LÊNIN, 1905 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 182). Além de demonstrar entusiasmo com o processo em curso, avaliava que a tarefa seria mostrar às massas o significado dessa nova particularidade, ou seja, um exército revolucionário. Ao mesmo tempo, não deixou de ser cauteloso e, entre as muitas tarefas, indicou que a mais urgente era proclamar a insurreição e, com ela, possibilitar às massas uma “direção militar”, um imperativo na guerra civil ou mesmo em qualquer guerra. Avaliou que o exército revolucionário e o governo revolucionário constituem um organismo de tipo elevado e complexo, duas faces da mesma moeda, mas havia necessidade de uma consciência cívica desenvolvida, cuja intervenção seria um ensinamento prático aos desafios postos, afinal: “O exército imediato da direção política do povo em revolta é tão necessário para a vitória total do povo” (LÊNIN, 1905 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 182). Nesse diálogo, ainda recuperou Engels refletindo sobre a instituição militar (entre o reconhecimento da técnica e de estratégias) e as valorizando como instrumento das massas populares, conferindo sua umbilicidade na história.

Por fim, recomendaria 06 pontos para a criação de um governo revolucionário e, por osmose, uma bandeira política no ponto

02 – o armamento do povo –, ressaltando que a história urge o enfrentamento dessa questão, especialmente pela social democracia. Com ela, um desafio:

O proletariado desencadeou na Rússia esta grande guerra libertadora e saberá levá-la por diante, formando ele próprio destacamentos do exército revolucionário, fortalecendo os destacamentos de soldados e marinheiros que passam para o nosso lado, atraindo a si camponeses e infundindo nos novos cidadãos da Rússia, formados e enrijecidos sob fogo da guerra civil, o heroísmo e o entusiasmo de combatentes pela liberdade e pela felicidade de toda a humanidade. Proletari n° 7, 10 de julho (LÊNIN, 1905 *apud* MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981, p. 188).

Seguramente, esse amadurecimento possibilitou a Lênin dar pistas, pela primeira vez, sobre a necessidade de democratização das forças armadas. Pouco tempo depois, temos 02 textos decorrentes dessa reflexão: o primeiro foi *Forças Armadas e a Revolução*, publicado em novembro de 1905, que trouxe à tona mais uma vez o resgate das rebeliões de marinheiros em Sebastopol, ainda que, dada a consequente repressão, tenham aparecido dúvidas quanto ao sucesso da vitória, seja por um acordo parcial, seja pela derrota. Um dado chama a atenção nesse artigo: a quebra do sistema anterior, “esclavagista” em suas palavras, e que estaria em curso o divórcio do exército e da autocracia, embora a instituição militar não seja ainda em seu conjunto um exército revolucionário.

Em que pese o anseio de liberdade a contaminar a tropa, a consciência dos soldados e marinheiros ainda era baixa, admitindo Lênin, que esta revolta não era um caso isolado, pois era de conhecimento de outras unidades, especialmente as da capital, e que ela despertou solidariedade na caserna e a atenção para suas reivindicações, umas corporativas – o melhoramento do rancho, do uniforme, do alojamento e do soldo, assim como a redução do tempo de serviço militar e do horário dos exercícios diários –; outras políticas, como o direito dos soldados serem “soldado-cidadão” (LÊNIN, 1905 *apud* MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 198 - 199). Lênin avaliava ainda que era hipocrisia da autocracia zarista manter o exército à margem da política ou em neutralidade, na

medida em que sempre houve seu envolvimento a serviço desta última. Não seria mais o caso, já que a monarquia não contava mais com a simpatia por parte dos soldados, na luta do povo pela liberdade, expresso no reconhecimento de um vasto movimento militar caracterizado por motins e insurreições.

Um segundo artigo, intitulado *Exército do Povo*, de julho de 1906, sustentou que as reivindicações dos soldados estavam muito à frente das dos vários grupos burgueses representados na Duma e citou como exemplo um regimento que apoiava a reforma agrária, outro que defendia a eleição de deputados soldados com compromissos à sua causa e que, portanto, “não querem permanecer à margem da política” (LÊNIN, 1906 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 205). Afinal, ponderou que os soldados tendiam claramente a acabar com um exército de elite, separado do povo, e pregavam sua substituição por um exército de cidadãos com plenitude de direitos – leia-se, a destruição do exército regular e o armamento do povo. O artigo indica que havia reivindicações políticas e democráticas, como a liberdade de reunião e associação para soldados (sem a presença de oficiais ou necessidade de autorização dos superiores). Além disso, eles resgatavam pautas corporativas (não usar uniforme fora do serviço e servir próximo da região que tem origem), sustentavam o direito de eleger delegados soldados com vistas a administrar seus assuntos, de existirem tribunais de soldados para julgamento próprio pelos seus pares, valorizando o movimento dos soldados enquanto expressão da luta e libertação.

Todavia, os tempos eram bem difíceis em face da repressão interna e, mais ainda, para o Partido Social Democrata Russo, cujo ano de 1906 marcou o início de um novo exílio para Lênin. Tensões referentes a táticas e estratégias entre seus quadros teriam curso, aliás, crescentes, embora ocorresse após a unificação dos Bolcheviques e Mencheviques em um congresso em Estocolmo, capital da Suécia, sendo os primeiros, a minoria, mas conseguindo a maioria em 1907. Nos anos subseqüentes até a eclosão da I Guerra Mundial, a polêmica relacionada à opção de participar ou não dos limitados espaços disponibilizados pela autocracia estava posta na agenda política, qualificada por Lênin de “pornografia

em lugar de política”, resultando, em 1912, na cisão definitiva da social-democracia russa e na fundação do Partido Bolchevique (GONZALÉZ, 1986; MOOREHEAD, 1960).

No entanto, o debate relacionado à Social Democracia e à complexidade dessa agenda por essa época motivaria Lênin a revelar novos e interessantes argumentos sobre os militares. Em 05 de agosto de 1908, chamou a atenção, em *O Militarismo Bélico e a Tática Antimilitarista da Social democracia*, para o cenário de pressão ao antimilitarismo, política que ganhava foros de discussão em vários setores políticos, governos, conservadores e “socialistas”, entendendo que a agenda da revolução reascendia em vários países. Além de essa agenda ganhar espaço entre os socialistas, trazia com ela seus equívocos. As teses do Congresso de Stuttgart conferiam o militarismo osmótico ao capitalismo, utilizado tanto externa (face às políticas imperialistas) quanto internamente, contra o proletariado. Esse era um ponto consensual, mas a tática a ser seguida conferia divergências maiores.

Uma delas adveio da influência de Volmar e Bebel, vistas em caso de guerra, citadas com um posicionamento nacionalista de defesa da pátria, cuja contraposição cabia ao grupo de Herve, diametralmente oposto, indicando que o proletariado não tinha pátria e a resposta a ser dada em qualquer declaração de guerra seria a de “greve militar e a insurreição” (LÊNIN, 1908 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 197). Ambas as teses são criticadas, vistas como posições extremas na social democracia ocidental e, dada a complexidade da questão política com a guerra, o capitalismo era o inimigo maior a ser combatido. Na questão da greve e insurreição, apoiava seu argumento em Kautsky (política de boas intenções, mas de uma estupidez heróica) e a política deveria ser vista levando em conta não a guerra, ou qualquer guerra, mas sim avaliando a possibilidade de uma revolução social.

Por fim, chamou atenção que a propaganda antimilitarista deveria ser operacionalizada com esse objetivo último, tendo em vista a revolução, havendo fundamento histórico nela. Esse fundamento residia no fato de que havia bases para outro tipo de intervenção política entre os militares, cujo exemplo referenciado foi o do Partido Operário Belga. Sua presença, na caserna, se

manifestava através da propaganda dos “Jovens Guardas”, organização que contava no país com 121 grupos locais e periódicos, dos quais somente uma de suas federações, a da Valônia, era composta de 62 núcleos com cerca de 10000 militares (LÊNIN, 1908 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981). Lênin via essa política como exemplo de democratização das instituições militares e não era caso único, sinalizando para variadas formas de organização e intervenção entre os militares na França, Suíça e Áustria, entre outros países. Noutras palavras, essa leitura remete à possibilidade de uma intervenção política concreta entre os militares e, para criticar essas duas alas, ressaltou que se deve ter em vista o interesse de classe do proletariado, recorrendo ainda a argumentos de Rosa Luxemburgo – leia-se, pautando essa política frente ao cenário internacional.

4 A REVOLUÇÃO NA ORDEM DO DIA

A história seguiu seu curso e, com a emergência da I Guerra Mundial, polêmicas outras, particularmente entre os Mencheviques e Bolcheviques, teriam seu canto do cisne. Ao mesmo tempo em que se manifestavam pela paz sem anexações, os primeiros apoiaram a guerra e se posicionaram na linha de que o exército russo deveria estar em combate enquanto perdurasse o conflito, posição contrária a dos Bolcheviques. Não foi um caso isolado enquanto expressão de um movimento nacionalista na Rússia, sendo, sim, similar aos demais países europeus, trazendo o movimento operário e seus respectivos partidos sociais democratas à causa nacional. A maioria apoiou com entusiasmo o conflito, valorizando o nacionalismo e colocando em um distante segundo plano, o internacionalismo.

Um dos objetivos do Tzar em ir à guerra era o controle efetivo dos Balcãs, tendo em vista o acesso da Rússia ao mediterrâneo. Contudo, internamente, talvez fosse o seu objetivo maior galvanizar o povo em torno da monarquia e em defesa da pátria. Uma agenda de doce ilusão, ou melhor, uma amarga desilusão. Em tese, a Rússia podia contar em campanha com um considerável efetivo de até 08 milhões de soldados; argumento ilusório dada a

falta de preparo militar da maioria desse contingente, bem como as distâncias que tinham que percorrer ao serem convocados aos centros de recepção, associados a uma burocracia ineficiente que não estava apta a lidar rapidamente com sua mobilização.

Não obstante algumas vitórias pontuais táticas na fase primeira da guerra, levando Nicolau II e seus generais a acreditar que o conflito estaria finalizado em poucos meses, cujo epílogo seria a entrada triunfal de seus exércitos em Berlim, o fato é que a Rússia não tinha condições econômicas nem capacidade industrial para enfrentar uma guerra moderna. Em poucos meses, o exército imperial sofreria grandes derrotas militares e entre mortos e feridos, perdas de quase um milhão de homens, cujas conseqüências resultaram em greves e em uma desesperadora crise no abastecimento, bem como em uma rebelião de soldados que se recusavam a atirar contra o povo (REIS FILHO, 1986; GONZALÉZ, 1986; MOOREHEAD, 1960).

O cenário subsequente era de revolução e a revolução ganhava visibilidade dia a dia, em virtude de estar configurada na Rússia, um quadro de anomia. A queda do regime era somente uma questão de tempo e, a despeito de algumas infrutíferas tentativas do tzar em contornar a situação de caos, crise econômico-política e militar, assumindo ele próprio o comando das operações militares ou removendo Primeiros Ministros, Ministros ou, tardiamente, optando por retornar a Petrogrado, o dado concreto e irreversível era de um cenário de crescentes revoltas entre os camponeses e greves operárias, seguidas da amotinação de parte considerável dos exércitos e da Armada. Em fins de fevereiro, com a adesão dos soldados dos principais regimentos à causa da revolução, prendendo os oficiais, Nicolau II é forçado a abdicar. Após uma breve e malsucedida manobra da burguesia através da Duma, com objetivo de viabilizar a continuidade dinástica e estabelecer o Grão-Duque Miguel no trono, ocorreu a queda da monarquia.

Lembraria Trotsky que a Revolução de Fevereiro foi desencadeada sem a efetiva condução central ou uma vanguarda, mas, sim, como expressão de uma revolução anônima que tinha à frente centenas de lideranças sociais disseminadas pelo povo (REIS FILHO, 1986). Essa situação era bem diferente da “ação

política revolucionária”, organizada meses depois pela subsequente Revolução Proletária, em outubro de 1917. O cenário era de caos econômico e a revolução encontraria uma Rússia politicamente dividida em vários partidos: Bolcheviques, Anarquistas, Mencheviques e Socialistas Revolucionários, estes últimos com forte influência no movimento camponês.

Logo após a primeira revolução, foi constituído o Governo Provisório, formado pelos liberais *kadetes* e apoiado por uma *Duma* eminentemente burguesa, tendo à frente a administração pública, relações exteriores e a guerra. Ao mesmo tempo, enquanto expressão maior de um poder de base e resgate da experiência de 1905, foi formado o Soviete de Operários, Soldados e Camponeses, que controlava os transportes, o abastecimento, os serviços e a gestão das instituições civis e militares. Este último era o espaço efetivo em que os vários partidos disputavam o poder, na medida em que eram compostos por representantes dos trabalhadores e membros das forças armadas. Havia o reconhecimento mútuo de ambas as instituições quanto à sua legitimidade advinda desse contexto revolucionário e, mesmo, quanto à aceitação conflituosa desse *modus operandi*. Assim o foi que, durante os 8 meses até a Revolução de Outubro, houve na Rússia uma dualidade de poderes, embora as forças políticas tivessem em vista uma futura Assembléia Constituinte, para dar forma final a um novo arcabouço político e institucional pós-Czarismo.

Na ocasião, Lênin advogava a formação de um governo operário camponês e, nos meses subseqüentes, não obstante os bolcheviques serem pouco expressivos politicamente, definiu o proletariado e os exércitos revolucionários como heróis da revolta, em um de seus primeiros manifestos. Entre as muitas questões importantes postas na agenda, havia a guerra e o papel do exército. Em meio às medidas promulgadas pelos Sovietes, uma determinou que as forças armadas estivessem subordinadas a esta instituição, e não à *Duma* ou ao governo, e que as armas deveriam estar em poder dos soviets internos de cada companhia, sem direitos dos oficiais sobre elas. Além disso, uma das medidas promulgou a abolição de todos os tratamentos hierárquicos ou formas reverenciais fora de serviço e a escolha dos oficiais (REIS FILHO, 1986).

Apesar dessa aparentemente dualidade de poderes, o poder de fato era uno, tinha rosto e endereço: *Os Sovietes*. No entanto, havia outras tensões relacionadas à questão militar e à operacionalização dos poderes advindos do processo revolucionário. Uma delas era eminentemente política e não fora devidamente equacionada, implicava a dubiedade sobre quem de fato comandaria o exército e a esquadra, ou seja, se o Alto Comando anterior, o Soviete, o Governo ou os soldados (GONZALÉZ, 1986, MOOREHEAD, 1960). Nesse período, seria formada uma instituição militar de papel determinante, meses depois, na Revolução de Outubro: a Guarda Vermelha, com uma feição realmente bolchevista, era composta de operários e trabalhadores industriais, chegando a ter um efetivo de 10.000 homens e ramificações em várias cidades. Era uma milícia, bem na linha de argumentação posta por Lênin, embora não pudesse ser caracterizada como força de combate profissional, pois sequer tinha tido algum treinamento (JUSTO, 2014).

Paralelamente, a questão militar estava posta mais uma vez por Lênin em novos textos e, na viagem de trem, voltando à Petrogrado (antiga São Petersburgo) do exílio na Suíça, escreveria suas conhecidas *Teses de Abril*, uma reflexão com diretrizes aos bolcheviques, cujo lema era “todo poder aos soviets”, tendo em vista a tomada do poder. A proposta denunciava a política do governo provisório e enunciava a guerra como “burguesa e capitalista”, propondo a retirada da Rússia do conflito e tendo como pilares dessa agenda “Paz, Terra e Pão” (VOLIN, 1950). Relacionada à questão militar, essa era uma proposta ousada e pautada na experiência da Comuna de Paris. Além dessa tese, Lênin propunha a destituição do governo provisório, o controle da produção pelos operários, a nacionalização das terras e dos bancos, assegurando a vitória de suas teses pouco depois, na Conferência da fração Bolchevique do POSDR.

Entretanto, sua reflexão e maturação relacionadas aos militares (para não dizer polêmicas) teve seu curso e, em de abril de 1917, um artigo, intitulado *Sobre a Milícia Proletária*, remetia para a necessidade de criação de milícias operárias (até paga pelos capitalistas, ou seja, devem pagar as horas e dias que estes consagram ao serviço público), valorizando mais uma vez os Sovietes

como expressão de democracia. Nas palavras de Lênin, aquilo teria um significado “gigantesco”, seja do ponto de vista prático quanto teórico, e possibilitaria assegurar o êxito da revolução e de suas conquistas. Retomou ainda o programa mínimo da Social Democracia, com a proposta do armamento geral do povo, um imperativo dessa política nesse momento revolucionário, tendo em vista a substituição da polícia e do exército. Ao final, sustentou que é necessário que os soldados e operários se incorporassem à milícia, recorrendo mais uma vez aos ensinamentos de Marx e à experiência da Comuna.

Os soviets de deputados operários, pela sua importância, pelo tipo de poder de Estado que eles criam, são precisamente instituições do tipo de democracia que elimina velhos órgãos de pressão e vai basear-se na milícia geral do povo. (LÊNIN, 1917 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 234).

Erodiam, a cada dia, o poder e a capacidade de manobra do Governo Provisório e da burguesia, ao mesmo tempo em que eram gestadas alternativas à esquerda, como as de maio do mesmo ano com o I Congresso dos Comitês Agrários Camponeses. Os bolcheviques eram minoritários, mas suas teses, postas em um contexto de dezenas de rebeliões camponesas, resultaram em deliberações relacionadas à democratização da terra e nos camponeses realizando a reforma agrária na prática, a ferro e a fogo. A polêmica sobre os novos rumos ainda teve seu curso em junho daquele ano, no I Congresso dos Sovietes, Operários e Soldados. Desta feita, a maioria das cadeiras é conquistada pelos socialistas revolucionários e pelos mencheviques, compondo a metade dos delegados de cada agremiação. No entanto, Lênin resgatou mais uma vez as suas *Teses de Abril*, pontuando a necessidade de um estado do tipo comuna e a substituição do exército e da polícia pelo armamento geral do povo.

Concomitantemente ao agravamento da crise política e econômica, o Governo Provisório decidiu desencadear uma nova e última ofensiva geral contra os alemães, propondo, enquanto política, a centralidade da questão da guerra com objetivo de superar a crise interna. Condenada *a priori* pelos bolcheviques, cuja palavra

de ordem era “todo poder aos soviets”, a situação que já beirava o colapso piorou ainda mais, especialmente após o fracasso dessa ofensiva militar. Curiosamente, ainda que por pouco tempo, o Governo Provisório ganharia certo fôlego com a nomeação de Kerenski, a expressão mais influente do trabalhismo russo. Além da defesa da revolução, sua política tinha por objetivo a continuação da Rússia na guerra, mas tudo indicava que a expectativa dessa nova composição no governo, que incluía os mencheviques e os socialistas revolucionários, era ganhar tempo para a futura Assembleia Constituinte, a ser realizada em outubro.

Às vésperas da Revolução, Lênin teve mais uma vez que ir para o exílio na Finlândia. Exilado, escreveu um de seus clássicos mais conhecidos em setembro de 1917, *O Estado e a Revolução*, dialogando mais uma vez com Marx e Engels, recuperando valorativamente a Comuna de Paris e polemizando criticamente com os anarquistas e vários intelectuais da segunda internacional, a exemplo de Kautsky. Saltam, nessa leitura, a necessidade de destruir a máquina estatal (posição que seria reavaliada) e uma reflexão sobre o exército e a questão do Estado, no caso, a ditadura do proletariado como expressão de uma verdadeira democracia.

É dessa época que temos a emergência de um texto referencial sobre os militares, relacionado à ação política revolucionária e escrito antes em 1916, mas publicado somente em 1917: *O Programa Militar da Revolução Proletária*. Paradigmático e situado no olho do furacão, esse texto é sugestivo de um amadurecimento relacionado à temática, trazendo à tona algumas controvérsias.⁴ Sua reflexão contradiz a tese de setores da Social Democracia, valorizando a milícia (a burguesa e não a proletária) e o armamento do povo, contestando a leitura imperialista da guerra subsumida por uma simpática tese de defesa da pátria e avaliando ainda o desarmamento enquanto “reles oportunismo”, em suas palavras. Lênin contrariava ponto a ponto todas essas questões, iniciando

⁴ Entre elas, havia a controvérsia da real efetividade da atuação comunista nas forças armadas russas. Essa é uma polêmica contemporânea, cuja presença é vista como residual pelo historiador militar Geoffrey Jukes (1979). A essa posição se contrapõe numa linha diametralmente oposta a reflexão de Von Hagen (1984) ou, mais recentemente, a de Justo (2014).

pelo desarmamento, chamando a atenção para o fato de os socialistas serem contra toda guerra (salvo se deixarem de ser socialistas) e fazendo uma análise histórica consubstanciada numa reflexão teórica, em que dialoga com o conjunto da obra de Clausewitz.

O reajuste de foco de sua tese passou a ser uma guerra entre oprimidos e opressores, cuja legitimidade conferia a guerra como justa; outras, vistas como progressistas e úteis ao desenvolvimento da humanidade, portanto, não podem ser condenadas. Não por outra razão, confere a tese sobre a necessidade e a legitimidade das guerras civis e, conseqüentemente, das guerras revolucionárias, a despeito de serem penosas, sangrentas e dolorosas, bem como a percepção do papel revolucionário do campesinato, lembrando a Revolução Francesa e seus reflexos naquela conjuntura de *débâcle* da Rússia tsarista. Outro ponto importante é a necessidade de armar o proletariado, contrariando, mais uma vez, a tese do desarmamento.

Lênin fundamentou sua tese, uma vez mais, em 2 fatos históricos universais: o papel dos *trustes* e do trabalho das mulheres nas fábricas e na Comuna de Paris de 1871, assim como a insurreição de Dezembro de 1905 na Rússia. A partir desses apontamentos, observou que os partidários do desarmamento se pronunciavam contra o ponto programático do armamento do povo. Para fazer frente à situação militar (não por outra razão), retomou no artigo a valoração da milícia numa perspectiva de classe, a proletária, na medida em que seu contrário, as milícias pautadas nos exemplos históricos por ele elencados indicavam sua configuração burguesa seja nos Estados Unidos, na Suíça ou na Noruega.

Por uma concepção social democrática, “milícias” têm por significado a “prussificação” e “prostituição”. Esse modelo foi distanciado de seu caráter popular, tendo sido utilizado conjuntamente com tropas regulares contra os grevistas, trazendo à tona uma reflexão democrática para a valoração das forças militares, mas que seria objeto de reavaliação posterior face às necessidades de consolidação da Revolução Russa. Apesar desse ponto, no caso da especificidade que nos interessa diretamente, temos o desafio de apreender como ele enfrentou a questão dos militares como

atores políticos na perspectiva de um novo tipo de formação militar, advinda de um processo revolucionário. Para ele:

Nós podemos reivindicar: a eleição dos oficiais pelo povo, a abolição de toda a justiça militar, a igualdade de direitos dos operários estrangeiros e nacionais (um ponto especialmente importante para os Estados imperialistas que, como a Suíça, exploram em número cada vez maior e de modo cada vez mais desavergonhado os operários estrangeiros, deixando-os privados de direitos), mais: o direito de, digamos, cada centena de habitantes de um dado país formar livres uniões para o estudo de toda a arte militar, com a livre escolha dos instrutores, com o pagamento do seu trabalho pelo erário público, etc. Só em tais condições o proletariado poderia estudar a arte militar efetivamente para si, e não para os seus escravizadores, e os interesses do proletariado exigem indiscutivelmente esse estudo. A revolução russa demonstrou que qualquer êxito, mesmo um êxito parcial do movimento revolucionário — por exemplo, a conquista de uma determinada cidade, de uma determinada povoação fabril, de uma determinada parte do exército —, obrigará inevitavelmente o proletariado vitorioso a realizar precisamente tal programa. (LÊNIN, 1917 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 218).

Além de vários e ousados apontamentos relacionados aos militares e à política, *O Programa Militar da Revolução Proletária* marcaria um posicionamento crítico e que, em última instância, conferiria a autópsia da II Internacional. Embora não utilize o conceito, Lênin sugeria enquanto política a democratização das instituições militares e a adoção de um instrumento para consecução dos objetivos revolucionários – o partido operário. Havia uma percepção realista e era objeto de reavaliação ao confrontar seus partidários numa situação política dolorosa que os bolcheviques tiveram de enfrentar. Lênin, inclusive, recorreu a metáforas militares, mas o dado concreto é que o Partido Bolchevique realizou seu VI Congresso na clandestinidade.

Uma vez mais, Lênin advogava a tese de insurreição armada e a palavra de ordem “Todo o Poder aos Sovietes” fora substituída para “Todo o poder aos Operários e Camponeses”, que, em última instância, era um passo à frente aos Sovietes enquanto política de assalto ao poder. A despeito da convocação do II Congresso dos Sovietes para 20 de outubro e de serem muitas as divergências internas quanto à oportunidade ou não dessa medida, o dado novo é que havia uma leitura consoante dessa linha “bolchevique” junto aos Sovietes, particularmente ao tomarem consciência de seu poder. Em última instância, uma política que refletia o aprendizado e a “força das massas” nessa fase da Revolução Russa, ou seja, numa concepção à esquerda do Governo Provisório ou da Duma (BESANCENOT; LOWY, 2016).

Aliás, essas últimas instituições burguesas tinham que lidar com graves fissuras internas em sua base de sustentação, enfrentando reações como iniciativas golpistas fracassadas com vistas a uma ditadura burguesa. Dessas iniciativas, destacamos uma do General Kornilov que, inclusive, colocou em xeque o governo provisório de Kerenski. Apesar desse *putsch* militar ter sido derrotado, resultando na formação de um novo gabinete, o fato político relevante e consequente foi a maioria obtida pelos bolcheviques nos Sovietes de Petrogrado (quando Trotsky foi eleito presidente) e de Moscou, face a uma nova composição de forças e o questionamento se deveriam ou não tomar o poder. Tudo isso dada a impopularidade do governo e a crise econômica e social com a guerra.

Nessa conjuntura, a posição de Lênin foi pela tomada do poder e seria uma posição vitoriosa no Comitê Central, ocorrendo a militarização do Partido Bolchevique e, às vésperas da revolução, a criação de um Comitê Militar sob a direção de Trotsky, com apoios de uma facção à esquerda dos Socialistas Revolucionários, todos, em tese, submetidos ao Sovietes. A tese insurrecionalista ganhava corpo, reforçada com a adesão dos regimentos mais poderosos do exército e dos navios da marinha, todos muito sensíveis às palavras de ordem “Pão, Paz e Terra”. O conflito armado era inevitável e se, por um lado, Kerenski ainda procurava soldar novas alianças políticas e apoios em algumas guarnições militares, ordenando o fechamento do jornal *Soldat* e a prisão dos líderes bolcheviques,

inclusive Lênin, o Comitê Militar, por outro lado, atuava em sentido contrário, liberando o jornal e se outorgando como o único responsável pelas diretivas militares em Petrogrado (REIS FILHO, 1986).

A rigor, estava na ordem do dia a revolução. Os tiros do Cruzador Aurora anunciaram a insurreição e, aos poucos, as principais instituições do governo (central telefônica, correios, terminais de estrada de ferro) foram caindo nas mãos dos bolcheviques, seguidos da conseqüente tomada do palácio de Inverno. A tomada do poder ocorreria quase sem baixas, com pouco mais de uma dezena de mortos; porém, a consolidação da Revolução seria outra história. A Revolução era um fruto maduro à espera de ser colhido e, a despeito de reações em contrário, tendo sido várias naquela ocasião, até mesmo com o questionamento da legitimidade daquela ação política insurrecional ou golpista, Lênin emergiu como líder incontestado e, sob aplausos na tribuna do Congresso dos Soviéticos, declarou que era o momento de passar à edificação do socialismo.

Oficialmente, o novo governo foi denominado Governo Operário Camponês, tendo abolido, no plano internacional, a diplomacia secreta, ao publicar os acordos secretos assinados pelos governos e enviar uma proposta de armistício, assim como um apelo de paz.

No plano interno, uma das primeiras medidas promulgadas foi a abolição da propriedade privada da terra (dos grandes proprietários e da igreja). Foi posta, na agenda, a futura Assembleia Constituinte, que ocorreria poucos dias depois do triunfo da Revolução. O resultado dos votos auferidos nas eleições conferiu 58% aos socialistas revolucionários, aos bolcheviques, 25% e aos mencheviques, somente 4%. A Rússia estava mais uma vez dividida, tendo os primeiros e os últimos juntos, como antes, 62% e os partidos da ordem, 13%. Havia nuances a serem consideradas, já que os socialistas revolucionários eram majoritários entre o campesinato e os bolcheviques, entre o proletariado industrial. No exército e na marinha, os números se aproximavam e os Soviéticos Revolucionários tiveram 1.800.000 votos, seguidos dos bolcheviques com 1.700.000, com maioria bolchevique nos regimentos

próximos às capitais e na frota do báltico (GONZALÉZ, 1986). Esse era um cenário próximo ao de uma passagem de Reed (1980, p. 239), quando este expôs que “em sua maior parte, os oficiais do Exército não são bolcheviques, mas sim, como eu, democratas, mas opinam que se deve seguir a massa dos soldados”.

Entretanto, a Assembleia seria fechada pouco tempo depois e seria questionada em sua legitimidade, sob o argumento de que seus membros foram eleitos a partir de listas eleitorais anteriores à Revolução, as quais não refletiriam a nova realidade socialista. A manobra aguçou as contradições no *front* interno, além de reações militares não muito distantes de Petrogrado, seja com Kerenski à frente, logo após sua queda, seja com a organização dos contrarrevolucionários em curso, tendo à frente generais e almirantes da velha guarda imperial, em um movimento amplo ao sul e em outras partes do país. Em outras palavras, a Guerra Civil já se adivinhava em um horizonte nada distante.

5 A REVOLUÇÃO ENTRE DESAFIOS E IMPASSES

Na agenda política posta ao recém-formado Estado proletário, muitos eram os desafios postos à Revolução, particularmente tendo em vista a consolidação do poder soviético. Isso implicava superar impasses relacionados à guerra e à paz, em nada descolados da conjuntura internacional, como também enfrentar a crítica situação interna da Rússia. Primeiramente, a agenda levou à urgente necessidade de reajustar a política no sentido de propor uma trégua aos alemães, configurada como resposta a um futuro tratado de paz, a despeito de a Rússia estar sem qualquer possibilidade de empreender ações militares, mesmo defensivas – ou seja, era um país literalmente fora de combate. Mesmo assim, as negociações foram tensas interna e externamente, se desenvolvendo em duas fases, ambas com um intervalo de poucas semanas e em um cenário político extremamente conturbado. Internamente, havia complicações e divisões entre os próprios bolcheviques quanto ao grau de concessões admissíveis aos alemães, havendo aqueles que entendiam que não haveria espaço para negociação alguma e, sim, para a continuidade da guerra.

Na cidade de Brest Litovsk, tendo à frente Trotsky, se desenrolaria um confronto entre duas visões do drama social e histórico, em um jogo político delicado, em que a exigência de paz à Rússia e a revolução eram um imperativo, particularmente aos esgotados e desmoralizados soldados nas trincheiras. A proposta inicial russa era uma singular fórmula de “nem paz nem guerra”, tendo em vista não afrontar o operariado europeu. Essa política possivelmente visualizaria uma paz em separado e seria vista como suspeita de compromissos escusos com a Alemanha, mas não assinar a paz poderia significar a continuidade da guerra e a ocupação de Petrogrado. Essa foi uma questão polêmica e inconclusa, logo caindo por terra a negociação, dada a recusa alemã e a retomada de operações militares ofensivas, como resposta ao impasse.

Finalmente, em março de 1918, houve a assinatura do tratado de paz e o resultado dessa segunda versão seria visto por Lênin como um tratado de submissão, ou melhor, expressão de uma “paz vergonhosa”. Dentre as humilhantes condições impostas aos russos pelos alemães, estava o abandono da Ucrânia e dos países bálticos, a perda de um terço de sua população e de um quarto de seu território e a disposição de somente uma pequena quantidade do carvão e minerais ferrosos (MOOREHEAD, 1960). Essas condições foram aceitas taticamente pelos soviéticos, pois resultariam em um ganho de tempo estratégico. Em outras palavras, era uma trégua necessária e bem-vinda, na expectativa de que ocorressem processos revolucionários pela Europa e tendo em vista a consolidação da frente interna, que viabilizaria condições para enfrentar os Exércitos Brancos, coligação cujo objetivo era a derrota da Revolução.

A Guerra Civil era o segundo ponto a superar para a consolidação da Revolução, cuja vitória significaria, por extensão, a consolidação do poder bolchevique. Ao mesmo tempo em que vastos setores políticos e militares internos se mobilizavam contra a Revolução, ocorria uma intervenção externa em apoio aos Exércitos Brancos, tendo a França e Inglaterra desembarcado tropas no norte da Rússia, seguidas pelos japoneses em Vladivostok, no extremo oriente, e pelos americanos e contingentes tchecos, somente para citar alguns dos 21 países que intervieram militarmente nesse processo revolucionário russo. A reação

em contrário veio de várias formas: uma delas foi a criação da *III Internacional*, em 1919, que tinha em vista a leitura de que a Revolução estaria madura nos demais países europeus, havendo a necessidade de uma organização em apoio e fomento a esses processos.

Não obstante, houve algumas erupções revolucionárias na Alemanha, Hungria e Itália, não tendo ocorrido como planejado a revolução europeia. A Revolução Russa estava isolada e teria que caminhar com as próprias pernas.

Internamente, se estabeleceu enquanto resposta militar aos Exércitos Brancos, o Exército Vermelho, nesse sentido, enquanto prioridade. Vindo em seu bojo, houve a militarização da sociedade russa, uma política que veio a ser mais conhecida como comunismo de guerra e cuja tarefa de organização coube a Trotsky. Houve várias polêmicas quanto a esta política, mas, concretamente, se o Exército Vermelho veio a ser uma instituição formada entre o choque de concepções, “ideais e imposições” (JUSTO, 2014, p. 154), estava, por outro lado, absorvendo de forma crescente praticamente tudo daquilo que restou do parque industrial russo e dos poucos recursos disponíveis. Lênin percebeu que o idealismo revolucionário ou as milícias não eram suficientes para operar uma força de combate em uma guerra moderna; portanto, no artigo *Atitude frente aos militares profissionais*, ponderou sobre o tema, apoiando uma medida controversa: a incorporação de milhares de oficiais czaristas às fileiras do Exército Vermelho. Dada a preocupação quanto à lealdade desses novos quadros, com ela, adveio uma política relacionada ao exército, com a instituição do Comissário Político, resultando em conflitos operacionais. (LÊNIN, 1918 *apud* MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981).

Ao que tudo indica, era um imperativo dada a necessidade e a confusão nas frentes de combate interno. Não foram poucas as situações de deserção ou mesmo de mudança de lado de oficiais e soldados para os Brancos, inclusive alguns navios da armada, como bem lembra Serge (1987), em suas memórias. Finalmente, após 3 anos da tomada do Palácio de Inverno e finalizada a Guerra Civil em 1921, a herança econômica e social de 7 anos de conflitos internos e externos impunha ao país novos desafios à construção

da ordem socialista. Não por outra razão, uma nova política econômica com reflexos na questão militar entraria na agenda nacional, vista como um imperativo e uma justificativa nessa reorientação que se seguiria na próxima década.

Concretamente, a politização dos militares advindos desse período e sua participação na política eram um fato, contando com a presença de várias tendências ideológicas na caserna, algumas bem expressivas como os anarquistas de Makno ou os Socialistas Revolucionários em Moscou. Além disso, ambas as tendências tinham uma linha política contrária ou conflitante aos bolcheviques, vistas por eles como contrarrevolucionárias. Talvez o canto do cisne de um projeto plural e à esquerda no plano militar, para não dizer um exemplo trágico, foi a *Revolta de Kronstadt*, expressão de um tempo de discussão e participação política na caserna, que não fazia mais parte da agenda revolucionária bolchevique em 1921, ou talvez não comportasse outras agendas na revolução.

Contemporaneamente, a insurreição de Kronstadt é ainda um acontecimento alvo de vivas controvérsias e muitas indagações no debate político e acadêmico. Para esse esforço inicial de diálogo, temos algumas fontes: uma histórica, as memórias de Serge (1987), leituras consagradas, como a de Arvon (1984), e uma mais recente, a de Besancenot e Lowy (2016). É importante registrar-mos que a base naval era um bastião histórico da Revolução, mas o que antes chama atenção da nossa aproximação é a singularidade da “ação política”, que era, sobretudo, “revolucionária” e operacionalizada fundamentalmente por militares de esquerda, havendo pluralidade interna de tendências ideológicas.

Entre muitos questionamentos relacionados à oportunidade ou não da revolta ocorrer pouco tempo depois da finalização da Guerra Civil, o movimento era uma resposta política aos rigores do comunismo de guerra, confluindo o apoio solidário dos marinheiros aos protestos no campo e às greves operárias nas cidades, tendo em vista a construção de uma nova agenda para a revolução.

Em 1º de março, numa assembleia que contava com a presença de mais de 16.000 marinheiros, soldados e operários, além de Kalinine e Kouzmine, os representantes do poder soviético, o conflito veio à tona após infrutíferas negociações. A 19 de março,

foi votada uma resolução que, entre várias exigências, demandava a reeleição dos delegados ao Sovietes por voto secreto; a liberdade de expressão e de imprensa para operários, camponeses, anarquistas e socialistas; a libertação dos presos políticos socialistas; a liberdade de reunião para as organizações sindicais e camponesas; e a liberdade aos camponeses quanto ao cultivo de sua terra. Ao longo do processo de radicalização, seguiram na base propostas na linha de convocação de uma Assembleia Constituinte, ou mesmo algumas vozes sugerindo “soviets sem os bolcheviques”, e, ao final, uma palavra de ordem levantada no Izvestia de Kronstadt: “todo poder aos Sovietes e não aos partidos”.

Após uma conferência de deliberação realizada na base de Kronstadt, prisões e infrutíferas tentativas de alguns líderes de ambos os lados em equacionar politicamente o impasse, a resposta final dos dirigentes soviéticos aos marinheiros, especialmente Lênin e Trotsky, veio na forma de um ultimato. Estavam próximos da abertura do X Congresso do Partido Comunista, cuja agenda remetia a revolução à outra política com vistas à consolidação do poder soviético, inclusive no plano econômico, já que previa a implantação da Nova Política Econômica (NEP). A NEP dizia respeito a reformas objetivando um capitalismo de Estado e era vista como um recuo necessário em face da herança da guerra civil. Proclamado o Estado de sítio e dada a recusa dos marinheiros e soldados rebelados em render-se, teve início o conflito armado com o ataque do Exército Vermelho, sob o comando do futuro Marechal Tukachevsky. Foi uma luta árdua com duração de 16 dias, finalizada após tomada da Base Naval ao custo de milhares de vidas de ambos os lados, pouco antes do término do X Congresso (BESANCENOT; LOWY, 2016).

Duas versões clássicas balizam esses acontecimentos à época, embora haja outras interpretações igualmente bem fundamentadas. A versão inicial de Lênin conferia à rebelião um caráter de “movimento contrarrevolucionário”, a qual se somava Trotsky, embora este último reavaliasse com uma pitada de lamento, décadas depois, concluindo, ao final, que foi uma “trágica necessidade”. A versão anarquista remete a outra leitura, posta em uma declaração em que urgia a necessidade de “uma terceira revolução russa”, evidentemente, tendo em vista uma tônica antibolchevique

(BESANCENOT; LOWY, 2016; MARIE, 2017). Não muito tempo depois, Lênin faria uma leitura crítica daquele período, tendo em vista uma reavaliação programática que se operava ainda no olho do furacão, quando a Revolução mal tinha engatinhado seus primeiros passos, totalmente isolada no plano internacional.

Um ano depois, em informe de dezembro de 1922, intitulado *Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da revolução mundial*, proferido no IV Congresso da Internacional Comunista, Lênin (1978) chamou a atenção de que, nesse período, a revolução enfrentava “uma grande crise interna”, a despeito da superação da etapa mais importante da Guerra Civil. Não obstante sequer mencionar referências aos militares e à revolta de Kronstadt, ele criticou o modelo econômico adotado à época, o Comunismo de Guerra, cujos reflexos políticos e sociais, embora sem admitir, aproximavam sua autocrítica à crítica posta pelos marinheiros, reconhecendo naquela ocasião somente o campesinato e os operários como oposição maior aos bolcheviques.

Numa passagem crítica, de acordo com algumas traduções, ele resumia o ocorrido, dizendo que “fomos longe demais”. Em outras palavras, a causa daquela situação era que:

[...] tínhamos avançado demasiado na nossa ofensiva econômica, e não tínhamos assegurado uma base suficiente, que as massas sentiam aquilo que nós ainda não sabíamos então formular de maneira consciente, mas que em breve, algumas semanas depois, reconhecemos: que a passagem directa para formas puramente socialistas, para a distribuição puramente socialista, era superior as forças que tínhamos e que se não se não estivessemos em condições de operar um recuo, para nos limitarmos as tarefas mais fáceis, após ameaça de morte. (LÊNIN, 1978, p. 618).

6 UM DIÁLOGO NO TEMPO

Passadas tantas décadas, talvez possamos inferir analiticamente que ambos os lados tinham razão. A agenda de reivindicações dos marinheiros era democrática e não contrarrevolucionária, embora confrontasse a política bolchevique em curso, como

expressavam contestações de outras categorias de trabalhadores, vide o número de greves operárias à época e o campesinato em ebulição, frente a uma revolução que estava em xeque ou face aos desafios de sua consolidação (MARIE, 2017). Talvez o elemento central que conferia legitimidade à rebelião dos marinheiros e soldados era a possibilidade de propor uma política alternativa ao projeto bolchevique. Por essa razão, não há elementos que autorizem ou sugiram que esta agenda estaria posta no campo da contrarrevolução; muito pelo contrário, que ela expressava uma vitalidade intrínseca contra a burocratização que já delineava seu campo de atuação e controle.

Entretanto, a politização existente e a participação política entre os militares nos anos que seguiram à revolta de Kronstadt foram inibidas ou desestimuladas, tendo em vista uma maior profissionalização do Exército Vermelho e, seguramente, agravado pelo novo papel dos Comissários Políticos, cuja finalidade não era mais fiscalizar o comandante, mas “o trabalho político no seio da tropa” (JUSTO, 2014, p. 201). Essa situação perduraria até 1934, quando o controle duplo “aparentemente” foi abolido e foram reestabelecidas as patentes formais de postos militares. A nova política de profissionalização resultou, nos anos 1930, em uma corporação moderna e eficiente, com inovadoras técnicas de combate, mas as consequências dos expurgos da era stalinista ao longo do biênio 1937 – 1939 refletiriam *intracorpore* na eficácia militar do exército, sentida em batalha, vista a desastrosa campanha militar contra a pequena Finlândia (CONDON, 1975). Lições dessa custosa Vitória de Pirro, em 1939, foram levadas em conta por Stalin e seus generais; foram planejadas e mesmo operacionalizadas propostas de reorganização da estrutura das forças armadas soviéticas, mas nem todas foram concluídas a tempo de evitar derrotas iniciais na primeira fase da invasão da URSS pela Alemanha. Ainda assim, resultaram em uma nova e eficiente doutrina militar, que levou à vitória em 1945.

Lênin morreria em 1924 e a história teve seu curso. Com ela, sobreviveu uma lição, quicá um questionamento posto na parte inicial dessa reflexão: a necessidade de se pensar as razões do esgotamento de uma forma de “transição ao Socialismo”, cujo resultado foi o *débâcle* da URSS, em 1989. Há várias teses,

sendo uma delas clássica desde o tempo da revolução, a de Rosa Luxemburgo. Não obstante suas críticas, ela apoiava a Revolução e, entre nuances de um processo que reconhecia os muitos obstáculos à construção de uma democracia socialista, não deixou de condenar a burocratização em curso mesmo antes da vitória da Guerra Civil, lamentando a ausência de liberdades democráticas e o monopólio do Partido Comunista, assim como mencionando ter sido um erro não haver sido convocada a Assembléia Constituinte (BESANCENOT; LOWY, 2016).

Talvez esse seja o ponto a ser considerado. Ou seja, é necessário reconhecer que a questão da democracia foi sendo esvaída, ao longo do tempo, e os Sovietes, a expressão de base dos operários, soldados e camponês, subsumidos em sua autonomia em detrimento do Partido Comunista. Além disso, houve a subsequente umbilicidade, para não dizer fusão com o Estado, tendo por consequências maiores a burocratização e o engessamento de forças vivas que vitaminariam e revitalizaram o processo revolucionário. Esse é um argumento central e que, após a morte de Lênin, adveio na política do “socialismo em um só país”, encontrando justificativas plausíveis na literatura enquanto razão de uma opção, particularmente em face da necessidade de sobrevivência da URSS ou em razão de a revolução estar isolada internacionalmente, exaurida economicamente; portanto, um elemento invocado em defesa dessa política (REIS FILHO, 1986; GONZALÉZ, 1986). Qualquer que seja a explicação ou justificativa, mesmo corroborando com a tese do ineditismo dessa experiência sem paralelo na história, cujo pioneirismo e consequente isolamento (ou cerco internacional) contemporizava ou permita a admissibilidade de alguns equívocos, ao menos por um tempo até a consolidação do poder soviético, o dado concreto é que a lacuna de oxigenação democrática em um período posterior a essa fase da revolução inegavelmente contribuiu para a *débâcle* de 1989.

Em outra linha de análise, articulada ou não como hipótese de leitura, teses recentes sustentam que a democratização da sociedade russa, embora tardia, teve como reflexo e causa maior o desaparecimento da URSS, particularmente a sua articulação à questão nacional ou o seu não equacionamento na história, especialmente

o caso da Ucrânia, vista como decisiva enquanto elemento desagregador; despertando também em seu curso e trazendo à tona o projeto de independência das demais repúblicas soviéticas (PLOKHY, 2015). Não é uma análise descolada de fundamento e, ainda por hipótese, podemos inferir essa possibilidade correlata ao objeto dessa reflexão, haja vista que um sentimento de nacionalidade deve ter contagiado *intracorporeamente* setores significativos dos militares nas muitas repúblicas soviéticas.

Talvez o nacionalismo soviético já não fosse um sentimento consolidado ou estivesse aparentemente erodido entre os militares. Quiçá não havia existido ou já estivesse erodido nos anos 1940, ou mesmo antes ainda do período da revolução, embora anestesiado contemporaneamente. Após a invasão alemã, Stalin resgatou positivamente o sentimento nacional em defesa da URSS, recorrendo em discurso à mobilização para a “grande guerra patriótica”, a qual passou, assim, a ser referenciada na literatura soviética relacionada ao conflito. Além disso, ele resgatou heróis russos do período czarista, entre eles, o General Mikhail Kutusov, o vencedor de Napoleão Bonaparte na Campanha de 1812. Não foi um caso isolado à época, mas sim justificativa diametralmente oposta ideologicamente, reconhecida como uma postura de traição, que tinha em pauta a questão nacional. Na mesma medida, se apresentou o posicionamento político do general Andrei Vlassov, que, depois de um período de cativeiro, passou a colaborar com a Alemanha, formando com prisioneiros soviéticos o Exército Russo de Libertação Nacional, cuja eficiência em combate esteve na mesma dimensão de um efetivo compromisso de libertação (WHITING, 1986; LEACH, 1973).

Uma vez mais na história, a problemática relacionada ao nacionalismo soviético e aos militares seria posta em xeque, contraditoriamente, em confronto a uma primeira tentativa frustrada de golpe em 1991, cujo dirigente era ainda Mikhail Gorbatchev, em que os golpistas, aparentemente, tinham apoio residual na caserna. Ou ainda em uma segunda iniciativa em 1993, desta vez estando à frente do governo Boris Yeltsin, que fora capitaneada por um pequeno grupo de oficiais, ambos com o objetivo de impedir o fim da União Soviética. Ao que nos parece, estava erodida

uma identidade nacional nas forças armadas, até porque não havia elementos que indicassem uma reação maior à dissolução da URSS, salvo a presença de alguns militares nos casos citados.⁵

Essa, entre outras questões não postas, é uma hipótese a ser avaliada e reavaliada, não nos cabendo aprofundá-la neste ensaio. No entanto, é uma tese ainda a ser desenvolvida a contento. De qualquer forma, se remetermos à história os processos revolucionários que retroagiram no tempo após conflituosos períodos, percebemos que não foram poucos os postos nesse dilema, mesmo aqueles que reemergiram no tempo, em vista da retomada de um projeto inicial, e configurado em outras bases. Quaisquer que sejam as alterações ou questionamentos em curso, é sugestivo que avaliemos comparativamente esse modelo de transição em um resgate histórico e contemporâneo à Revolução Russa. Evidentemente não nos cabe, como tese, sua apreensão enquanto expressão do fim da história, mas, entre mitos e verdades, a Revolução Russa é a expressão de uma página em construção de uma história em curso – dialética, portanto, contraditória e distante de se concluir ou de ser uma página virada da história, ou mesmo vista descolada enquanto mistificação de uma forma de transição ao socialismo que se esgotou no seu tempo, mas não na história. Afinal, parafraseando Lênin, “a verdade é revolucionária”.

REFERÊNCIAS

- ARVON. H. **A revolta de Kronstadt**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BESANCENOT, O.; LOWY, M. **Afinidades revolucionárias**: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e revolucionários. São Paulo: EdUnesp, 2016.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CONDON, R. W. **Guerra da Finlândia**: inverno de sangue. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.

5 Pouco tempo depois, ocorreria, de forma correlata e trágica, a desagregação da Jugoslávia, haja vista que ali as particularidades étnicas e de nacionalidades também se sobrepuseram ao caráter unitário do exército nacional, em um projeto de nação, preocupação histórica do Marechal Tito, desde a fundação do país.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONZALÉZ, H. **A Revolução Russa**. São Paulo: Moderna, 1986.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos (1914-1991): o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JUKES, G. **Desastre nos Cárpatos – 1916: fim do exército russo**. Rio de Janeiro: Rennes, 1979.

JUSTO, S. de O. **Trotsky e a formação do Exército Vermelho**. Curitiba: Prisma, 2014.

LEACH, B. **Estado maior alemão: política em ação**. Rio de Janeiro: Rennes, 1973.

LÊNIN, V. I. **Política**. Organizado por Florestan Fernandes. Tradução de Carlos Rizzi. São Paulo: Ática, 1978.

MARIE, J. J. **História da Guerra Civil russa**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. I. **Escritos militares**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1981.

MOOREHEAD, A. **A Revolução Russa**. São Paulo: Ibrasa, 1960.

PLOKHY, S. **O ultimo Império: os últimos dias da União Soviética**. São Paulo: Leya, 2015.

REED, J. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

REIS FILHO, D. A. **A Revolução Russa 1917 - 1921**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAINT PIERRE, H. L. **A política armada: fundamentos da Guerra revolucionária**. São Paulo: EdUnesp, 2000.

SERGE, V. **Memórias de um Revolucionário**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

VOLIN, B. M. As teses de abril de Lênin. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, [online], n. 25, [sem paginação], mar. – abr. 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/25/teses.htm>. Acesso em: 21 mai. 2018.

VON HAGEN, M. **Soldiers in the Proletarian Dictatorship: the red army and the Soviet Socialist State, 1917-1930**. Columbia: Studies of Harriman Institute; Ithaca: Cornell University Press, 1984.

WHITING, C. **Gehlen: um Gênio da Informação**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.